

## EXTRATO

O Conselho Superior do Ministério Público, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao artigo 2º, da Resolução nº 173/2017-CNMP, torna público as decisões proferidas pelo Conselho Superior na Sessão Ordinária do dia **10 de novembro de 2017**, às **09 horas**, a saber:

### PAUTA DIGIDOC

**a) Comunicações (Arquivamento de processos administrativos na origem)  
Fundamento Legal: Resolução n.º 173/2017- CNMP**

1. Ofício n.º 138/2017. Notícia de Fato 34/2017.  
7ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
2. Ofício n.º 141/2017. Notícia de Fato 33/2016.  
7ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
3. Proc. 14342/2017. PA 05/2017  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
4. Proc. 14345/2017. PA 68/2016  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
5. Proc. 14346/2017. PA 87/2016  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
6. Proc. 14350/2017. PA 51/2016  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
7. Proc. 14351/2017. PA 03/2016  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
8. Proc. 14353/2017. PA 01/2014  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
9. Proc. 14354/2017. PA 17/2016  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
10. Proc. 14355/2017. PA 02/2017  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

11. Proc. 14356/2017. PA 19/2017  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
12. Proc. 14357/2017. PA 64/2016  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
13. Proc. 14359/2017. PA 85/2016  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
14. Proc. 14443/2017.  
Relação de processos arquivados em Igarapé Grande.  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
15. Ofícios 627, 628, 633, 637, 647, 651, 654 e 660, da  
5ª PJE Imperatriz  
Arquivamento dos SIMP 9085-253/2016; 7339-253/2016; 3685-253/2017;  
007476-253/2016; 3615-253/2016; 6996-253/2016; 4071-253/2016; 3359-253/2016.  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
16. Ofícios de n.º 649 a 663/2017  
9ª PJE Imperatriz  
Arquivamento dos Pas 103, 113, 114, 109, 107, 105, 104, 129, 125, 117, 85, 86, 90,  
91 e 93, todos de 2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
17. Ofício de n.º 252/2017  
1ª PJ Esp. de Timon.  
Arquivamento do SIMP 2305-252/2015  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
18. PA 14.678/2017  
PJ de Esperantinópolis  
Arquivamento do PA 21/2016  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
19. Ofícios de n.º 236 a 253/2017  
Promotoria de Justiça de Senador La Rocque  
Arquivamento dos PAs 63, 120, 49, 35, 136, 126, 60, 44, 114, 121, 18, 77, 73 e 10,  
todos de 2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
20. Ofícios de n.º 260 a 265/2017  
Promotoria de Justiça de Senador La Rocque  
Arquivamento dos PAs 96, 108, 81, 79, 115 e 51 todos de 2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
21. Ofícios de n.º 262 a 265/2017  
Promotoria de Justiça de Magalhães de Almeida  
Arquivamento dos PAs de 26 a 29/2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior



22. Proc. 14932/2017. PA 77/2016  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
23. Proc. 14936/2017. PA 74/2016  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
24. Proc. 14937/2017. PA 14/2015  
Promotoria de Justiça de São Bento  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
25. Proc. 14939/2017. PA 57/2015  
Promotoria de Justiça de São Bento  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
26. Proc. 14942/2017. PA 61/2015  
Promotoria de Justiça de São Bento  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

**b) Resposta referente à prorrogação de prazo de Inquérito Civil**

27. **Proc. 5958/2017 (IC 30/2014)**  
1ª Promotoria de Justiça de Caxias  
Data: 06.06.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
28. **Proc. 7861/2017 (PA 05/2014)**  
1ª Promotoria de Justiça de Caxias  
Data: 06.06.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

**c) Prorrogação de Prazo de Inquérito Civil e Proc. Administrativo (1 ano)**

29. **Proc. 13179/2017 (IC 09/2014)**  
Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga  
Data: 28.09.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
30. **Proc. 13498/2017 (IC 03/2015)**  
4ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 19.09.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
31. **Proc. 13819/2017 (IC 08/2013. SIMP 00443.253/2014)**  
5ª Promotoria de Justiça de Imperatriz  
Data: 04.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
32. **Proc. 13820/2017 (IC 03/2016)**  
2ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 03.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

33. **Proc. 13821/2017** (IC 01/2016)  
2ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 03.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
34. **Proc. 13822/2017** (IC 02/2016)  
2ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 03.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
35. **Proc. 13824/2017** (PA 09/2015)  
Promotoria de Justiça de Santa Rita  
Data: 03.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
36. **Proc. 13917/2017** (IC 01/2016)  
Promotoria de Justiça de Humberto de Campos  
Data: 26.09.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
37. **Proc. 13923/2017** (IC 09/2015)  
Promotoria de Justiça de Humberto de Campos  
Data: 25.09.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
38. **Proc. 14132/2017** (PA 07/2015)  
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 16.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
39. **Proc. 14165/2017** (IC 18/2015)  
Promotoria de Justiça: 15ª PJE Capital – Deficiente  
Data: 06.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
40. **Proc. 14166/2017** (IC 07/2015)  
1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar  
Data: 10.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
41. **Proc. 14167/2017** (IC 02/2016)  
1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar  
Data: 10.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
42. **Proc. 14169/2017** (IC 05/2016, SIMP 002322-255/2016)  
3ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 10.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
43. **Proc. 14170/2017** (IC 04/2016, SIMP 001857-255/2016)  
3ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 10.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

44. **Proc. 14215/2017** (IC 03/2016)  
Promotoria de Justiça: PJ de Amarante do Maranhão  
Data: 03.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
45. **Proc. 14216/2017** (IC 05/2015)  
Promotoria de Justiça: PJ de Amarante do Maranhão  
Data: 03.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
46. **Proc. 14217/2017** (IC 09/2016)  
Promotoria de Justiça: PJ de Amarante do Maranhão  
Data: 03.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
47. **Proc. 14220/2017** (IC 01/2016)  
Promotoria de Justiça: PJ de Itinga do Maranhão  
Data: 09.10.2017
48. **Proc. 14222/2017** (IC 02/2016)  
Promotoria de Justiça: PJ de Itinga do Maranhão  
Data: 09.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
49. **Proc. 14224/2017** (IC 04/2014)  
1ª Promotoria de Justiça de Sta Inês  
Data: 16.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
50. **Proc. 14254/2017** (PA 07/2015)  
Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga  
Data: 10.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
51. **Proc. 14263/2017** (PA 01/2015)  
Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga  
Data: 10.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
52. **Proc. 14266/2017** (PA 08/2015)  
Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga  
Data: 10.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
53. **Proc. 14268/2017** (IC 10/2014)  
Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga  
Data: 10.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
54. **Proc. 14264/2017** (IC 12/2016)  
Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga  
Data: 02.09.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

55. **Proc. 14297/2017** (IC 03/2016)  
Promotoria de Justiça de Passagem Franca  
Data: 16.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
56. **Proc. 14367/2017** (IC 09/2015)  
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 17.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
57. **Proc. 14298/2017** (IC 03/2016, SIMP 000936-023/2016)  
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 16.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
58. **Proc. 14462/2017** (IC 261/2017)  
7ª Promotoria de Justiça Especializada (Meio Ambiente)  
Data: 18.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
59. **Proc. 14465/2017** (IC 260/2017)  
7ª Promotoria de Justiça Especializada (Meio Ambiente)  
Data: 18.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
60. **Proc. 14467/2017** (IC 04/2014)  
1ª Promotoria de Justiça de Sta Inês  
Data: 16.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
61. **Proc. 14473/2017 (IC 23/2014)**  
1ª Promotoria de Justiça de Caxias  
Data: 19.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
62. **Proc. 14636/2017** (IC 03/2015)  
Promotoria de Justiça de Sucupira  
Data: 18.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
63. **Proc. 14638/2017** (IC 04/2015)  
Promotoria de Justiça de Sucupira  
Data: 18.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
64. **Proc. 14649/2017** (IC 02/2014)  
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 23.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
65. **Proc. 14680/2017** (IC 05/2014)  
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 23.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

66. **Proc. 14681/2017** (IC 09/2014)  
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 23.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
67. **Proc. 14742/2017** (IC 16/2015)  
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 23.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
68. **Proc. 14743/2017** (IC 21/2016)  
Promotoria de Justiça de Riachão  
Data: 23.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
69. **Proc. 14747/2017** (IC 09/2014)  
Promotoria de Justiça de Humberto de Campos  
Data: 04.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
70. **Proc. 14749/2017** (IC 27/2016)  
Promotoria de Justiça de Sucupira  
Data: 21.08.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
71. **Proc. 14750/2017** (IC 22/2015)  
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 23.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
72. **Proc. 14751/2017** (IC 23/2015)  
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 23.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
73. **Proc. 14817/2017** (IC 30/2015)  
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 23.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
74. **Proc. 14818/2017** (IC 31/2015)  
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Data: 23.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
75. **Proc. 14843/2017** (SIMP 006888-254/2017)  
2ª Promotoria de Justiça de Caxias  
Data: 25.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
76. **Proc. 14888/2017** (IC 03/2014)  
15ª Promotoria de Justiça Especializada Capital  
Data: 26.09.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

77. **Proc. 14890/2017** (PA 23/2015)  
Promotoria de Justiça de Anajatuba  
Data: 11.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
78. **Proc. 14891/2017** (IC 04/2015)  
1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar  
Data: 24.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
79. **Proc. 14892/2017** (IC 06/2015)  
Promotoria de Justiça de Anajatuba  
Data: 24.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
80. **Proc. 14944/2017** (IC 05/2015)  
Promotoria de Justiça de São Bento  
Data: 20.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
81. **Proc. 14945/2017** (IC 12/2015)  
Promotoria de Justiça de São Bento  
Data: 20.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
82. **Proc. 14946/2017** (IC 02/2017)  
Promotoria de Justiça de São Bento  
Data: 20.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- d) **Relatórios Trimestrais (Outubro/2017)**
83. **Proc. 13934/2017**  
3ª Promotoria de Justiça de São José Ribamar  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
84. **Proc. 14000/2017**  
Promotoria de Justiça de São João dos Patos  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
85. **Proc. 14001/2017**  
Promotoria de Justiça de Passagem Franca  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
86. **Proc. 14202/2017**  
2ª Promotoria de Justiça de Balsas  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
87. **Proc. 14240/2017**  
7ª PJ Esp. São Luís – Meio Ambiente  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
88. **Proc. 14285/2017**  
PJ Arame  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

89. **Proc. 14299/2017**  
PJ de Pastos Bons  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
90. **Proc. 14310/2017**  
32ª PJ Esp. São Luís – Infância e Juventude  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
91. **Proc. 14311/2017**  
4ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
92. **Proc. 14312/2017**  
30ª PJ Esp. São Luís – Probidade  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
93. **Proc. 14314/2017**  
6ª Prom. Justiça Caxias  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
94. **Proc. 14316/2017**  
Promotoria de Justiça de São Bernardo  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
95. **Proc. 14317/2017**  
1ª PJ Criminal de Ribamar  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
96. **Proc. 14388/2017**  
3ª Promotoria de Justiça de Codó  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
97. **Proc. 14389/2017**  
Promotoria de Justiça de São Pedro D'água Branca  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
98. **Proc. 14461/2017**  
PJ de Igarapé Grande  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
99. **Proc. 14466/2017**  
PJ de São Luiz Gonzaga  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
100. **Proc. 14476/2017**  
Promotoria de Justiça de Poção de Pedras  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
101. **Proc. 14477/2017**  
Promotoria de Justiça de Cedral  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
102. **Proc. 14541/2017**  
Promotoria de Justiça de São Raimundo Mangabeiras  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior

103. **Proc. 14599/2017**  
PJ de Santo Antônio dos Lopes  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
104. **Proc. 14862/2017**  
5ª Promotoria de Justiça de Açailândia  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
105. **Proc. 14863/2017**  
10ª PJ Especializada – Consumidor  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
106. **Proc. 14868/2017**  
3ª Promotoria de Justiça Esp. Imperatriz  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
107. **Proc. 14869/2017**  
1ª PJ Especializada – Timon  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
108. **Proc. 14870/2017**  
Promotoria de Justiça de Magalhães de Almeida  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
109. **Proc. 14953/2017**  
Promotoria de Justiça de São Francisco do MA  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
110. **Proc. 14972/2017**  
Promotoria de Justiça de Olinda Nova do Maranhão  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior

#### ORDEM DO DIA:

##### a) PROCESSOS PARA JULGAMENTO

##### CONSELHEIRO Luiz Gonzaga Martins Coelho

1. **Proc. nº 002980-255/2016**  
Origem: 4ª PJ de Açailândia  
Interessado(a): Gleudson Malheiros Guimarães  
Objeto: Averiguar as condições do transporte escolar dos estudantes, dos povoados da zona rural: Paraíso, Cariri, Abraão, Palmeirândia, todos no município de Cidelândia – MA.  
Assunto: Arquivamento do IC nº 02/2016  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Inquérito Civil nº 02/2016 nº SIMP 002980-255/2016. Instauração inicial como Inquérito Civil mediante representação formulada pelo Conselho Tutelar de Cidelândia, visando apurar as condições do transporte escolar dos estudantes que integram a rede municipal de ensino dos povoados da zona rural: Paraíso, Cariri, Abraão, Palmeirândia, no Município de Cidelândia. Requisição de informações à representada através de Ofício ao Prefeito Municipal do Município de Cidelândia. Resposta através de Ofício demonstrando adoção de medidas adotadas pela Secretaria de Educação do Município para a melhoria do

transporte dos alunos dos povoados, atendendo Recomendação do Ministério Público. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

### DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO

2. **Proc. nº 017965-500/2017 (2 v)**  
Origem: PJ de Magalhães de Almeida  
Interessado(a): Elano Aragão Pereira  
Objeto: Falsificação de documento público para desvio de recursos, por simulação de pagamentos relacionados ao FUNDEB  
Assunto: IC nº 07/2016 – Declínio com encaminhamento dos autos ao MPF  
Decisão: Declínio de atribuição referendado pelo Conselho Superior.  
Ementa: Inquérito Civil nº 007/2016 nº SIMP 017965-500/2017. Instaurado a partir de representação endereçada à Comarca de Magalhães de Almeida, visando apurar possíveis malversações de recursos do FUNDEB, agindo através de existência de funcionários fantasmas na rede pública de ensino, ou da falsificação de assinaturas para fins de desvio de abono complementar. Declínio de Atribuição. Competência do Ministério Público Federal. Parecer para apreciação do CSMP. Homologação do Declínio de Atribuição. Encaminhamento ao órgão responsável pela fiscalização.
3. **Proc. nº 15624/2017 (Digidoc)**  
Origem: 30ª PJE da Capital x 9ª PJ Cível da Capital  
Interessado(a): Moema Figueiredo Viana Pereira e Lena Cláudia Ripardo Pauxis  
Objeto: Remoção voluntária por permuta  
Decisão: Retirado de Pauta

### CONSELHEIRA: Domingas de Jesus Froz Gomes

4. **Proc. nº 13441/2017 (Digidoc)**  
Origem: 2ª PJ de Balsas x 3ª PJ de Balsas  
Interessado(a): Rita de Cassia Pereira Souza e José Jailton Andrade Cardoso  
Objeto: Remoção voluntária por permuta  
Decisão: Aprovado o pedido de permuta pelo Conselho Superior
5. **Proc. nº 026898-500/2017**  
Origem: PJ de São Bento  
Interessado(a): Celso Antônio Fernandes Coutinho  
Objeto: Apurar interrupções no fornecimento de energia elétrica nos municípios de Bacurituba  
Assunto: Arquivamento do IC nº 001/2007  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Inquérito civil instaurado em razão das constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica nos municípios de Bacurituba, Palmeirândia e São Bento/MA. Inauguração das subestações de Três Marias e São Bento. Regularização do fornecimento de energia. Cumprimento do objetivo do inquérito. Ausência de justa causa à propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado.
6. **Proc. nº 026479-500/2017**  
Origem: PJ de São Luís Gonzaga  
Interessado(a): Cristiane dos Santos Donatini  
Objeto: Apurar a cessão indevida de professores e profissionais na área da saúde do município  
Assunto: Arquivamento do IC nº 14/2014  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.



Ementa: Inquérito civil instaurado em razão da notícia de cessão indevida de servidores públicos municipais ligados às Secretarias Municipais de Educação e Saúde do município de São Luis Gonzaga. Existência de inquérito civil na Procuradoria da República no município de Bacabal com mesmo objeto dos autos em questão. Objeto do inquérito civil prejudicado. Arquivamento é medida que se impõe.

**7. Proc. nº 019731-500/2014**

Origem: 31ª PJE na Defesa do Patrimônio Público e da Proibidade Administrativa

Interessado(a): Sidneya M. M. Nazareth Liberato - respondendo

Objeto: Apurar suposto ato de improbidade em razão da demora na elaboração e no encaminhamento dos laudos periciais

Assunto: Arquivamento do IC nº 016/2014

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil instaurado em razão de representação da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde informando a grande demora por parte do Instituto Médico Legal em remeter os laudos periciais requisitados, prejudicando o andamento dos processos naquela promotoria. Ausência de improbidade.

Inexistência de indícios para propositura de ação de improbidade administrativa.

Arquivamento homologado, nos moldes do art. 9º, §1º, da lei nº 7347/85, bem como art. 17 da resolução nº 02/2004 – CPMP.

**8. Proc. nº 026473-500/2017**

Origem: PJ de Alto Parnaíba

Interessado(a): Tiago Quintanilha Nogueira

Objeto: Apurar suposta acumulação indevida na remuneração dos cargos do ex-vice prefeito do município

Assunto: Arquivamento do IC nº 17/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil instaurado para apurar acumulação indevida da remuneração dos cargos de vice-prefeito de Alto Parnaíba e Secretário de Educação desse município por parte de Raimundo Nonato de França. Ressarcimento ao erário efetuado. Cumprimento do acordo. Ausência de justa causa à propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado.

**9. Proc. nº 000242-272/2017**

Origem: 1ª PJ de Pinheiro

Interessado(a): Frederico Bianchini Joviano dos Santos

Objeto: Acompanhar a situação do convênio CAOP/ProAd

Assunto: Arquivamento do PA nº 172/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo instaurado com o intuito de investigar convênio celebrado entre o Estado do Maranhão por sua Secretaria de Desenvolvimento

Agrário e a Associação Comunitária do povoado Boa Vista, objetivando a execução de projeto de canal no povoado Boa Vista, no município de Pinheiro/MA. Prestação de contas aprovadas. Inexistência de atos de improbidade administrativa.

Manifestação pela homologação da promoção de arquivamento.

**CONSELHEIRO: Francisco das Chagas Barros de Sousa**

**10. Proc. nº 12914/2017 (DIGIDOC)**

Interessado(a): Peterson Armando Azevedo de Abreu

Objeto: Autorização para Afastamento – Curso de Mestrado no Exterior

Decisão: Decidido, por unanimidade, pelo indeferimento do pedido de autorização de afastamento, por ausência do preenchimento de requisito formal.



11. **Proc. nº 002423-253/2017**  
Origem: 4ª PJE de Imperatriz  
Interessado(a): Joaquim Ribeiro de Souza Júnior  
Objeto: Abuso financeiro e negligência contra pessoa idosa  
Assunto: Arquivamento do PA nº 37/2017  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Procedimento Administrativo. Apurar denúncia realizada pelo disque Direitos Humanos, notificando a situação de negligência e abuso financeiro no qual se encontrava a idosa Rita da Conceição Brito. Ocorrência sanada. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da Resolução nº 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.
12. **Proc. nº 001389-255/2015**  
Origem: 1ª PJ de Açailândia  
Interessado(a): Glauce Mara Lima Malheiros  
Objeto: Suposta contratação de serviço irregular pelo município de São Francisco do Brejão – MA.  
Assunto: Arquivamento do IC nº 017/2015  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Procedimento Administrativo. Inquérito Civil. Apurar possível contratação irregular no município de São Francisco do Brejão. Ausência de documentação idônea. Relação de prestação de serviço não configurada. Manifestação pela homologação do arquivamento. Cientificação do representante cumprida. Inteligência art. 9º da Lei nº 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da Resolução nº 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.
13. **Proc. nº 021522-500/2016 (2 v)**  
Origem: 30ª PJE São Luís – Probidade Administrativa  
Interessado(a): Moema Figueiredo Viana Pereira  
Objeto: Supostas irregularidades na prestação de contas da SEMGOV, exercício 2007  
Assunto: Arquivamento do IC nº 04/2017  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Procedimento Administrativo. Notícia de fato. Apurar possíveis irregularidades na prestação de contas da SEMGOV, exercício financeiro de 2007, julgadas regulares com ressalvas. Parte da documentação apresentada. Ação de exibição de documentos. Determinação. Descumprimento município de São Luís. Ausência de ato de improbidade administrativa e dano ao erário. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da Resolução nº 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.
14. **Proc. nº 023537-500/2015**  
Origem: 5ª PJE Educação de São Luís  
Interessado(a): Maria Luciane Lisboa Belo  
Objeto: Apurar condições e instalações físicas do Centro de Artes Cênicas do MA  
Assunto: Arquivamento do IC nº 011/2016  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Procedimento Administrativo. Notícia de Fato. Inquérito Civil. Apurar as péssimas condições físico-estruturais e educacionais do Centro de Artes Cênicas do Maranhão (CACEM). Ocorrência sanada. Notificação dos interessados. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº 7.347/1985 C/C art.

13, § 1º da Resolução nº 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

15. **Proc. nº 018699-500/2014 (2 v)**

Origem: 29ª PJE de São Luís – Probidade Administrativa

Interessado(a): João Leonardo Sousa Pires Leal

Objeto: Apurar possível prática de atos de improbidade administrativa na FUNCEMA

Assunto: Devolução à promotoria de origem do IC 04/2011- PJFEIS

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento Administrativo. Inquérito Civil. Apurar possível prática de atos de improbidade administrativa referente à prestação de contas do exercício financeiro de 2008 da FUNCEMA – Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão. Contas desaprovadas. Manifestação pela devolução dos autos ao órgão ministerial de origem. Cabimento. Ação de ressarcimento. Não homologação. Arquivamento.

**DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO**

16. **Proc. nº 028009-500/2017 (17 v)**

Origem: PJ de Magalhães de Almeida

Interessado(a): Elano Aragão Pereira

Objeto: Acompanhar de forma continuada o Convênio destinado à implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Magalhães de Almeida com a CODEVASF

Assunto: Devolução à origem do PA nº 036/2016 para ajuizamento das ações inerentes ao caso, bem como proceda à remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Federal

Decisão: Declínio de atribuição referendado pelo Conselho Superior.

Ementa: Procedimento administrativo. Apurar possíveis irregularidades na execução de convênio destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Magalhães de Almeida pela CODEVASF. Ministério da integração nacional. Declínio de atribuição. Manifestação pela devolução dos autos ao órgão ministerial de origem. Encaminhamento ao Ministério Público Federal. Obediência ao enunciado nº. 17/2016-CSMP e resolução nº. 23/2007-CNMP.

**CONSELHEIRA: Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf**

17. **Proc. 13.398/2017 (DIGIDOC)**

Origem: Corregedoria

Assunto: Relatório de Vitaliciamento

Interessado: Rodrigo Freire W. de Carvalho

Decisão: Homologado, por unanimidade, o vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Promotor de Justiça Rodrigo Freire W. de Carvalho.

18. **Proc. nº 000122-025/2017**

Origem: PJ de Cedral

Interessado(a): Francisco de Assis Silva Filho (respondendo)

Objeto: Apurar a regularidade do licenciamento de fábrica de gelo, comprovando o encerramento das atividades da fábrica durante o processo de licenciamento

Assunto: Arquivamento do IC nº 27/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Instaurado com o escopo de apurar a regularidade do licenciamento de fábrica de gelo. Comprovado o encerramento das atividades da fábrica durante o processo de licenciamento. Perda do objeto. Inexistência de



elementos para seguimento da investigação. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**19. Proc. nº 003538-253/2016 (2 v)**

Origem: 2ª PJE de Imperatriz

Interessado(a): Sandro Pofahl Bísvaro

Objeto: Esclarecimento acerca do funcionamento dos serviços de atendimento em regime de urgência e emergência

Assunto: Arquivamento do IC nº 02/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: inquérito civil. Instaurado com o escopo de apurar a ausência médicos para atendimento pediátrico em hospitais particulares de urgência e emergência no município de Imperatriz. Demonstrada a ampliação do atendimento aos interessados. Após a realização de diligências ministeriais, verificou-se que os fatos que deram origem à instauração deste inquérito civil não mais persistem. Voto Pela homologação da promoção de arquivamento.

### DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO

**20. Proc. nº 001115-507/2014**

Origem: 3ª PJ de Paço do Lumiar

Interessado(a): Nadja Veloso Cerqueira

Objeto: Extração indiscriminada de areia no Residencial Pirâmide

Assunto: IC nº 004/2016

Decisão: Declínio de atribuição referendado pelo Conselho Superior.

Ementa: Inquérito civil. Objeto investigado: extração e comercialização de areia no bairro Residencial Pirâmide I. Esgotamento das investigações a cargo do MPE.

Reconhece-se a atribuição do Ministério Público Federal para atuação no caso.

Declínio de atribuição homologado. Remessa dos autos.

### CONSELHEIRO: Carlos Jorge Avelar Silva

**21. Proc. nº 023622-500/2017 – (2 v)**

Origem: PJ de Humberto de Campos

Interessado(a): Maria do Nascimento Carvalho Serra Lima

Objeto: Apurar a irregularidade na execução dos convênios nº 060/2006, 061/2006, 062/2006 – SINFRA, para construção do camelódromo, de entrada do povoado Rampa e de estrada para o povoado Serraria no município de Humberto de Campos

Assunto: Arquivamento do IC nº 067/2010

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Apurar irregularidades apontadas em representação oferecida por Luiz Augusto dos Santos Almeida na execução dos convênios nº 060/2006, 061/2006 e 062/2006 – SINFRA, firmados entre o município de Hmberto de Campos e o Estado do Maranhão para a construção do Camelódromo, de estrada para o povoado Rampa e da estrada para o povoado Serraria, no município de Humberto de Campos. Prescrição tão somente quanto a ação de improbidade administrativa. Homologação de arquivamento. Inteligência do artigo 9º lei 7347/85 c/c art. 23, I, Lei 8.429/1992. Conversão do feito em diligência. Apuração de possível dano ao erário.

**22. Proc. nº 015644-500/2016 (2 v)**

Origem: 30ª PJE São Luís – Probidade

Interessado(a): Moema Figueiredo Viana Pereira

Objeto: Possível ato de improbidade decorrente do Contrato n.º 27/2013, celebrado entre a EMAP e a A G Capital Assessoria e Consultoria Empresarial. Acórdão TCE 15/2016, Processo 5093/2013-TCE/MA.

Assunto: Arquivamento do IC nº 07/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Apurar possível ato de improbidade decorrente do contrato nº 27/2013, celebrado entre a Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP e a empresa A.G. Capital Assessoria e Consultoria Empresarial LTDA, em face do acórdão CS – TSE nº 15/2016 (processo nº 5093/2013 – TCE/MA) que julgou ilegal a referida contratação por inexigibilidade de licitação. Ausência de dolo na conduta. Ilegalidade que por si só que não justifica ação civil por atos de improbidade administrativa. Promoção de arquivamento. Homologação.

**23. Proc. nº 012038-500/2014 (2 v)**

Origem: 30ª PJE São Luís – Probidade

Interessado(a): Moema Figueiredo Viana Pereira

Objeto: Apuração de abandono de cargo por servidor público

Assunto: Arquivamento do IC nº 106/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Apurar possível ato de improbidade decorrente de abandono de cargo por servidor da ALEMA. Arquivamento homologado.

**24. Proc. nº 009580-500/2014 (2 v)**

Origem: 30ª PJE São Luís – Probidade

Interessado(a): Moema Figueiredo Viana Pereira

Objeto: Apuração de supostas irregularidades em Ação de Desapropriação Indireta de Espólio de Benedito dos Reis Pinheiro

Assunto: Arquivamento do IC nº 59/2014

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Apurar suposta irregularidade na ação de desapropriação indireta do espólio de Benedito dos Reis Pinheiro em face do Estado do Maranhão. Inexistência de indícios de improbidade administrativa. Arquivamento homologado, nos termos do art. 9º da lei 7.347/85

**25. Proc. nº 001253-274/2017 (2 v)**

Origem: 1ª PJ de Balsas

Interessado(a): Dailma Maria de Melo Brito

Objeto: Apurar suposta prática de abuso do poder econômico em período eleitoral pelo então gestor do município de Fortaleza dos Nogueiras

Assunto: Arquivamento do PA nº 019/2002

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Pedido de arquivamento. Apurar fatos referentes à abuso de poder econômico em período eleitoral do município de Fortaleza dos Nogueiras/MA. Promoção de arquivamento. Arquivamento homologado.

**26. Proc. nº 024484-500/2017 (2 v)**

Origem: PJ de Parnarama


Interessado(a): Nelson Nedes Ribeiro Guimarães

Objeto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa na execução do convênio nº 147/2011 - SES

Assunto: Arquivamento do IC nº 03/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Apurar possíveis atos de improbidade administrativa na execução do convênio nº 147/2011 - SES. Arquivamento homologado, nos termos do art. 9º, § 1º da lei 7.347/85.

 **27. Proc. nº 025516-500/2017 (2 v)**





- Origem: PJ de Porção de Pedras  
Interessado(a): Xilon de Souza Júnior  
Objeto: Apurar prestação inadequada de serviço de iluminação pública  
Assunto: Arquivamento do IC nº 001/2012  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Inquérito civil. Apurar prestação inadequada de serviço de iluminação pública. Situação ensejadora do procedimento administrativo devidamente sanada. Arquivamento homologado, nos termos do art. 9º, § 1º da lei 7.347/85.
- 28. Proc. nº 000609-009/2016**  
Origem: PJ de Bom Jardim  
Interessado(a): Fábio Santos de Oliveira  
Objeto: Apurar irregularidades na adesão à ata de registro de preços sob nº 003/2013, realizado pela prefeitura do município  
Assunto: Arquivamento do IC nº 000609-009/2016  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Apurar irregularidade na adesão à ata de registro de preços sob o nº 003/2013, realizado pela prefeitura de Bom Jardim. Arquivamento homologado.
- 29. Proc. nº 025127-500/2017**  
Origem: PJ de Loreto  
Interessado(a): Leonardo Novaes Bastos  
Objeto: Fiscalizar a realização e efetiva aplicação de contrapartida do município em relação ao convênio celebrado em 2009 com a CODEVASF  
Assunto: Arquivamento do IC nº 06/2016  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Inquérito civil. Fiscalizar a realização e efetiva aplicação de contrapartida do município de Loreto em relação ao convênio 7.93.07.0114/00, celebrado em 2009 com a CODEVASF. Arquivamento homologado, nos termos do art. 10, § 1º, resolução nº 23/2007, do CNMP.
- 30. Proc. nº 029062-500/2017**  
Origem: PJ de Barreirinhas  
Interessado(a): Guilherme Goulart Soares (substituto)  
Objeto: Fiscalização do convênio nº 096-CV/2010, celebrado entre a SEDRAGRO e a Associação dos Moradores Rurais do Povoado Cangote  
Assunto: Arquivamento do PP nº 11/2011  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Procedimento preparatório. Apurar irregularidades no convênio nº 096-CV/2010, celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário - SEDAGRO e a associação dos moradores rurais do povoado Cangote, concernente à implantação do projeto de sistema simplificado de abastecimento de água. Ausência de repasse da sedes para associação dos produtores rurais do povoado Cangote. Promoção de arquivamento. Homologado.
- 31. Proc. nº 023456-500/2017**  
Origem: PJ de Barreirinhas  
Interessado(a): José Márcio Maia Alves  
Objeto: Apurar responsabilidade e adotar providências acerca de possíveis ilegitimidades das enfiteuses de terras públicas constituídas a partir de 11/03/2003  
Assunto: Devolução à promotoria de origem do IC nº 08/2010  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Procedimento administrativo. Preparatório. Pedido de arquivamento. Apurar possível enriquecimento sem causa por parte de José Ribamar de Castro Ramos, com relação ao termo de aforamento nº 937-A, de 02/05/2000, registrado sob a

matrícula nº 1.039, no livro 2-G, do registro imobiliário de Barreirinhas. Ajuizamento de ação civil pública. Devolução do feito à promotoria de origem, nos termos do enunciado n.º 11/2016-CSMP.

**32. Proc. nº 026478-500/2017 (8 v)**

Origem: PJ de Alto Parnaíba

Interessado(a): Tiago Quintanilha Nogueira

Objeto: Apurar a regularidade das contratações temporárias para a prestação de serviços públicos no município

Assunto: Arquivamento do IC nº 01/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil nº. 01/2015-PJAP. Apurar a regularidade das contratações temporárias para prestação de serviços públicos no município de Alto Parnaíba/MA. Assinatura de termo de ajustamento de conduta. Realização de concurso público. Irregularidades sanadas. Promoção de arquivamento. Homologação, nos termos do e art. 10 § 1º da resolução nº 23/2007 do CNMP.

**33. Proc. nº 15281/2017 (Digidoc)**

Origem: 2ª PJ de Bacabal x 3ª PJ de Bacabal

Interessado(a): Klycia Luiza Castro de Menezes e Henrique Helder de Lima Pinho

Objeto: Remoção voluntária por permuta

Decisão: Aprovado o pedido de permuta pelo Conselho Superior

**RESUMO DA SESSÃO**

**Processos Apreciados: 143**

Arquivamento Homologado: 25

Declínio de atribuição: 03

Prorrogações de prazo: 56

Comunicação prorrogação de prazo: 26

Relatório Trimestral: 28

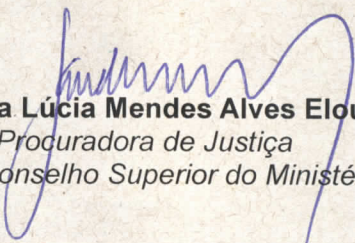
Vitalicamento: 01

Retirado de Pauta: 01

Indeferido Homologação: 01

Pedido de Permuta: 02

São Luís, 13 de novembro de 2017.

  
**Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Conselho Superior do Ministério Público